

**SONEGACÃO
FAZ MAL À SAÚDE
E À EDUCAÇÃO**

Adusp

INFORMATIVO
Universidade de São Paulo

Editorial

Reconstruir a unidade

O espaço de um Congresso ganha na luta — resultado da negociação entre estudantes e Reitoria no encerramento da ocupação de 2007 — deveria ser bastante caro a todos, pessoas e entidades. Durante uma semana, com suspensão oficial das aulas de graduação, estudantes, funcionários e professores debateriam acadêmica e politicamente os rumos da USP.

Considerávamos essencial a realização do V Congresso tendo em vista tanto o estado atual da universidade, quanto a reforma do estatuto em andamento no Conselho Universitário (CO).

A Comissão Organizadora do V Congresso era composta por 9 estudantes de graduação, 3 de pós-graduação, 9 funcionários e 9 professores, todos indicados pelas instâncias de suas entidades representativas. Nela foram discutidos e negociados o caráter do evento, as condições para sua efetivação e uma proposta de regimento.

Os representantes dos docentes na Comissão tentaram, por meio de negociações, algumas vezes exaustivas, executar as deliberações das Assembléias Gerais da Adusp, que tinham como base um eixo fundamental: só a atuação conjunta e unitária de professores, estu-

des e funcionários técnico-administrativos poderá democratizar a USP, que mantém, exceto por alterações pouco significativas, o Estatuto imposto pela ditadura militar.

Faltando apenas duas semanas para o início do que deveria ser o V Congresso, a Assembléia Geral do Sintusp condicionou sua participação à liberação, pela Reitoria, de todos os funcionários da USP. A partir de então, a Comissão Organizadora não mais contou com os representantes dos funcionários para a realização do intenso trabalho de preparação do evento.

A Assembléia da Adusp de 19/5 reivindicou que a Reitoria se reunisse com o Sintusp, com vistas a negociar a liberação dos funcionários para participar das atividades programadas e, em 20/5, ofício com esse mesmo conteúdo foi enviado à reitora, em nome da Comissão Organizadora. A Assembléia também deliberou que, caso os funcionários decidissem não participar do Congresso, seria encaminhada aos estudantes a proposta de realização do “I Encontro de Professores e Estudantes da USP”.

Em reunião realizada entre Reitoria e Sintusp, no dia 21/5, originalmente agendada para negociação de pauta específica (desconhecíamos a

existência deste encontro no momento da Assembléia da Adusp em 19/5), a Reitoria reiterou sua proposta de remeter a decisão sobre a liberação dos funcionários às diretorias das unidades, com a recomendação de que fossem dispensados os servidores técnico-administrativos delegados e/ou indicados como representantes dos funcionários. Claro que essa atitude da Reitoria foi altamente insatisfatória, abrindo a possibilidade de decisões arbitrárias e de adoção de diversos critérios, na liberação de funcionários.

Ocasão perdida

Neste momento era fundamental não conceder à administração da USP o poder de decidir se haveria ou não o V Congresso. Afinal, a quem interessaria que um evento de tal envergadura política deixasse de ser realizado? Ao vincular a participação da categoria à liberação de todos os funcionários, enfraqueceu-se, politicamente, a luta conjunta pela democratização da USP, sacrificando uma oportu-

nidade ímpar para organizar o corpo da universidade no embate por uma Estatuinte democrática e soberana.

Dada a decisão dos funcionários, a Assembléia Geral dos estudantes, realizada na 2ª feira, 26/5, considerou que o V Congresso, sem a participação dos funcionários, estava inviabilizado. Além disso, em votação dividida, deliberou pela não realização do I Encontro com os professores, aprovando em seu lugar uma “Jornada de Lutas”, acompanhada de grupos de discussões temáticas.

Os docentes delegados, reunidos em plenária na 3ª feira, 27/5, no anfiteatro “Camarão Guarnieri”, decidiram realizar um Encontro de Professores, aberto à comunidade universitária, com a mesma pauta acordada anteriormente pelas três categorias.

Assim, de 27/5 a 30/5, foram realizadas plenárias na sala “Caio Prado” do prédio da História no campus do Butantã, onde foram discutidos os seguintes temas: Ensino, Pesquisa e Extensão; Financia-

mento da Universidade; Expansão, Acesso e Permanência Estudantil; Fundações e Outras Formas de Mercantilização da Universidade; Estrutura de Poder na Universidade; e Plano de Lutas.

Os debates efetuados pelos docentes no período mencionado contaram com a participação de alguns estudantes e funcionários. Tais atividades foram muito produtivas e suas resoluções serão publicadas em um jornal especial da Adusp, constituindo-se numa contribuição para um amplo debate — prospectivo e propositivo — sobre a universidade pública, em particular a USP.

É imperativo reconstruir a capacidade de ação unitária de professores, estudantes e funcionários técnico-administrativos, de forma a enfrentar — política e organizadamente — o enorme desafio que é transformar a estrutura autoritária vigente na USP.

Continuaremos comprometidos com a consecução desse objetivo, por meio do debate crítico de idéias, de propostas e de condutas políticas.

A síntese de um calote ...

A proposta do comunicado Cruesp nº 3 (6 de junho de 2007) dizia:

“Caso a arrecadação anual do ICMS ultrapasse o valor de R\$ 43,620 bilhões, os recursos adicionais, a partir desse valor, transferidos às Universidades serão utilizados da seguinte forma: 75% para o pagamento de parcela fixa; 20% para investimentos em ensino, pesquisa e extensão, e 5% para a assistência estudantil;”

Acontece que:

- R\$ 45,68 bilhões foi a arrecadação em 2007.
- R\$ 148 milhões seria o custo da parcela fixa em 2007.
- R\$ 74 milhões seria o custo da parcela fixa de janeiro a maio/2008.
- R\$ 61 milhões foram gastos (1,5% em 11/07 e abono de R\$400).
- R\$ 161 milhões (148+74-61) deveriam ter sido destinados aos salários.
- Os reitores continuam sem responder se foi feito o aporte adicional de R\$ 9,86 milhões prometido para a permanência estudantil.

Mais sobre campanha salarial na p. 2

**Assembléia Geral da Adusp
12/6, 17h, sala B1 do IME**

Pauta: Campanha Salarial • Delegados para o Conad-Andes

Trabalho extenuante no bandejão, dizem funcionários

Principal restaurante público da USP, o bandejão central do campus do Butantã, localizado em meio ao conjunto residencial (Crusp), tem funcionário à base da exploração brutal da força de trabalho. Quem denuncia é o Sindicato dos Trabalhadores (Sintusp): “O bandejão está com vários problemas”, diz Claudionor Brandão, diretor do Sintusp. “O principal é a questão da falta da mão-de-obra, que tem várias consequências. O ritmo de trabalho é extenuante, sem tempo de intervalo para descanso, o que leva a maioria dos funcionários a adoecer”.

Brandão explica que há inúmeros casos de funcionários acometidos por lesões por esforço repetitivo, as chamadas LER-DORT: “Mais de 50% dos funcionários antigos sofrem de bursite ou tendinite”. Ele diz que parte dos trabalhadores estão trabalhando com restrições, ou seja: por orientação médica, não podem executar todas as tarefas. Num quadro de pessoal reduzido, cria-se um círculo vicioso.

“Aqueles que estão supostamente saudáveis são sobrecarregados enormemente. É uma linha de produção de inválidos ou semi-inválidos”. Ele exemplifica: só para servir a comida, os funcionários são obrigados a ficar em pé das 11 horas às 14 horas, com a concha na mão. Mas esta é apenas uma das múltiplas tarefas desenvolvidas no restaurante pelos trabalhadores.

Também no domingo

O diretor do Sintusp estima que existe “um déficit de 50 trabalhadores” quando considerados os cinco restaurantes da USP na capital: além do central, os que funcionam na Prefeitura do campus, Instituto de Física, Escola de Enfermagem e na

Faculdade de Saúde Pública. O bandejão do Instituto de Química foi terceirizado e não será surpreendente se o sucateamento proposital da força de trabalho dos restaurantes vir a servir de justificativa para aumentar o índice de privatização.

A abertura do bandejão central também aos domingos (uma justa reivindicação dos estudantes), desde janeiro de 2008, agravou a situação, pois há poucas pessoas para se revezarem. Funcionários ouvidos no restaurante, que pediram para não ter os nomes publicados, informaram que estão trabalhando três domingos consecutivos, para folgar somente um. “Que o funcionário está escasso, está. Tem muita restrição”, declarou uma trabalhadora com mais de vinte anos de USP, ela própria com restrição médica e com suspeita de LER. “Tem muito servi-

ço e pouco funcionário”, declarou outro trabalhador. “O quadro de domingo está pouquíssimo. Todo mundo está trabalhando bastante”.

Também segundo Brandão, há outro problema grave no restaurante central: o prédio tem um porão e o assoleto estaria cedendo, sendo escorado com pontalões. A existência de muita umidade e de ratos no porão cria sérios riscos de contaminação e exige enorme cuidado com a higienização.

Coseas nega abusos

A professora Rosa Maria Godoy, titular da Coordenadoria de Assistência Social (Coseas), órgão da USP responsável pelos restaurantes, nega que haja sobrecarga de trabalho: “Na Coseas temos o hábito de discutir todas as questões do processo de trabalho com a comissão de representantes dos funcionários. To-

das as normas trabalhistas são cumpridas rigidamente quanto à observância de jornadas de trabalho e horários de descanso. O número de trabalhadores é o indicado para a quantidade de refeições produzidas, bem maior do que a maioria dos restaurantes industriais que temos visitado nestes anos de gestão”.

De acordo com ela, “a abertura do restaurante aos domingos foi feita de acordo com um plano de ação e foi contratada a quantidade de trabalhadores indicada para o número de refeições a serem produzidas. A jornada de trabalho e as folgas estão absolutamente de acordo com a legislação trabalhista vigente”.

Quanto às condições físicas do prédio do restaurante central, a coordenadora afirma que, por ter mais de três décadas de funcionamento, ele freqüentemente

é alvo de reformas e adequações. “Existe um projeto em andamento para a mudança do sistema de produção e distribuição de refeições para todo o campus do Butantã, o que implicará na construção de outra cozinha, reformas dos salões de distribuição e de outros restaurantes do campus. Regularmente a Coesf [Coordenadoria do Espaço Físico] faz inspeções quanto à segurança estrutural do restaurante. Ao menor sinal de perigo, com certeza, são e sempre serão tomadas providências cabíveis para sanar o problema”.

Para ela, “o funcionamento do restaurante central está absolutamente de acordo com a legislação sanitária vigente inclusive quanto à presença de animais. É sanitizado também periodicamente de acordo com a legislação vigente”.

CAMPANHA SALARIAL

ICMS cresce 11% acima da inflação

O degrau registrado no Gráfico-I de salário real médio nas universidades estaduais paulistas em 89, mostra um grande arrocho salarial logo após a fixação de repasse mínimo do ICMS para as Universidades (8,4% então e 9,57% atualmente).

Também registra que, fruto de nossas mobilizações, temos conseguido uma progressiva recuperação salarial, especialmente após a greve do ano 2000. Mas como destacado no mesmo gráfico, ainda faltam 35% (já contados os 6,51% postos agora pelo Cruesp), para recuperar o salário real médio de 1989.

Por outro lado, o Gráfico-II mostra que a razão en-

tre o valor real relativo do salário e ICMS tem ficado cada vez menor, registrando que os reajustes salariais têm ficado regularmente abaixo do crescimento da arrecadação.

Frise-se que o crescimento da arrecadação em 2008 encontra-se cerca de 11% acima da inflação, tornando ainda mais inaceitável a apropriação pelos Reitores da parcela que eles mesmo haviam proposto destinar a salários em 2007.

Há espaço para o atendimento de nossas justas reivindicações. Indispensável, porém, nos mobilizarmos para demover o Cruesp de sua posição de intransigência.

Gráfico I

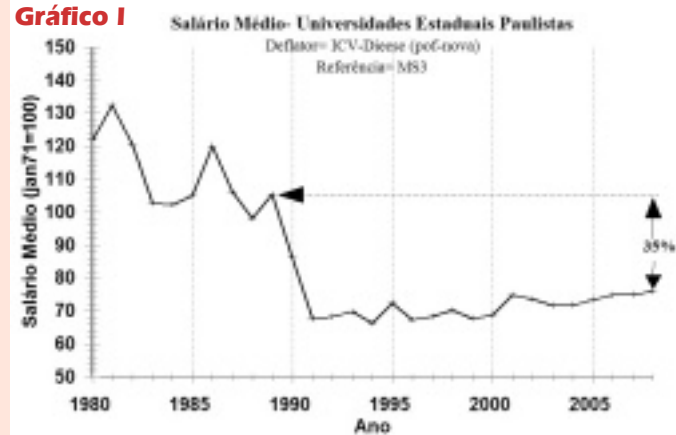


Gráfico II



Em 1968, CO aprovou Assembléia Paritária na USP

Em dezembro de 1968, o Conselho Universitário (CO) aprovou a realização anual e ordinária de uma Assembléia Universitária Paritária da Universidade de São Paulo, como órgão máximo e soberano da instituição, para traçar suas diretrizes. Os antecedentes desse processo foram as comissões paritárias criadas por diversas faculdades da USP ao longo de 1968, com especial atenção para a Comissão Paritária da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, localizada na Rua Maria Antônia.

Este foi o tema da exposição de Bernardino Ribeiro de Figueiredo, professor de Geociências da Unicamp, no debate de abertura do V Congresso da USP, em 26/5, com o Anfiteatro Camargo Guarnieri cheio. Em 1968, Figueiredo era presidente do grêmio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e vice-presidente da Comissão Paritária daquela unidade, que elaborou uma proposta de Estatuto para a USP.

João Zanetic, professor do Instituto de Física e mediador do debate, ressaltou que o evento era importante para “marcar os 40 anos da proposta de Estatuto para a Universidade de São Paulo que nasceu da Comissão Paritária que envolveu estudantes, docentes e uma representação simbólica dos funcionários na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. Zanetic ressaltou que, em 1968, “paritária” representava o par docentes e discentes, e só posteriormente os funcionários se organizaram e surgiu o “tripartite” como bandeira do movimento.

Proposta de Estatuto

Figueiredo lembrou que a reforma universitária e a reestruturação da USP entraram na pauta do movi-



Professor Bernardino de Figueiredo fala durante o debate de 26/5

mento com muita força em junho de 1968, “seja porque vinha de Brasília uma proposta de reforma universitária, inspirada em documentos gerados nos fóruns estrangeiros, seja porque havia uma pressão do governador do Estado na Reitoria para que se fizesse de maneira urgente a reestruturação da USP”. Já em julho de 1968, a Faculdade de Filosofia constituiu uma Comissão Paritária que, ao final de 28 encontros, produziu um documento com propostas para o Estatuto da USP.

A visão contida nesse documento era de uma “universidade crítica de si mesma e da sociedade, que concebia o desenvolvimento da ciência e da técnica com instrumentos capazes de acelerar novas relações econômicas e sociais referidas aos interesses da maioria do país; contesta assim que a universidade brasileira deva subordinar suas atividades e objetivos a critérios empresariais ou injunções do mercado de trabalho”.

Propunha-se expansão de vagas, permanência e expansão dos cursos noturnos, cria-

ção de um órgão consultivo “universidade e sociedade”, extinção da cátedra vitalícia e governo paritário nos níveis de departamento e conselhos superiores — o documento esclarecia ainda que a direção paritária não viria “questionar a hierarquia real do saber, mas valorizá-la, protegê-la da hierarquia administrativa e burocrática”.

Quanto à autonomia universitária, o documento da paritária da Faculdade de Filosofia propunha que a escolha do reitor fosse feita em um novo Conselho Universitário e que houvesse autonomia em relação ao governo estadual, inclusive através do estabelecimento de percentual fixo de arrecadação (o que só foi implementado em 1989). Já a carreira docente teria ênfase na formação de doutores no regime de dedicação integral. Concebia-se a progressão na carreira baseada no desempenho acadêmico, sem número de vagas pré-estabelecido, e propunha-se a extinção dos concursos para implementação do sistema de busca de talentos.

Desdobramentos

O documento foi bem recebido pelo reitor Hélio Lourenço de Oliveira, que segundo Figueiredo “exerceu liderança durante as discussões do novo Estatuto da reforma universitária da USP”. Oliveira teria recolhido elementos dos documentos de diversas comissões paritárias, não somente da Faculdade de Filosofia, para colocá-los em discussão. Assim, o CO ratificou em abril de 1969 — ou seja, após o Ato Institucional nº 5, a invasão do Crusp e a queda de Ibiúna — a instalação da Assembléia Universitária Paritária da USP.

No entanto, o reitor Oliveira foi cassado, entrando em seu lugar Alfredo Buzaid, professor conservador da Faculdade de Direito que posteriormente se tornou ministro da Justiça do regime militar. Coube a Buzaid, “junto com seus colegas ultra-reacionários que tinham assento tanto no CO quanto no Conselho Estadual de Educação, refazer o Estatuto da universidade”. Assim, em setembro de 1969 houve a rejeição da constitui-

ção da Assembléia Universitária Paritária da USP.

Para Figueiredo, muitas das propostas de reforma da universidade feitas em 1968 ainda são válidas hoje. “Eu vislumbro uma universidade mais equilibrada, que também seja voltada para os movimentos sociais e os saberes não científicos. Essa universidade é possível e requer atuação conjunta”. O professor da Unicamp acredita que a contradição de forças existente hoje na universidade brasileira se dá “entre professores e estudantes progressistas de um lado, e professores e estudantes fascistoídes de outro”.

Estatuante

No debate, representantes de entidades falaram da situação atual e dos desafios postos para o movimento. “Nosso objetivo é definir eixos e diretrizes que possam aumentar as probabilidades da USP instaurar um processo estatuinte”, disse o professor César Minto em nome da Adusp. Joana Salém, diretora do DCE, avaliou: “Ou as categorias da universidade se unificam em torno de um projeto, uma luta política e uma mobilização comuns, ou não há transformação da universidade”. Ela também fez o apelo para que o movimento criasse “propostas comuns, apesar da fragilidade em que ele se encontra na construção deste congresso por conta da não liberação dos funcionários”.

Ricardo Crissiuma, da APG, apresentou a tese da pós-graduação para o V Congresso, ressaltando que é preciso garantir “mecanismos democráticos nas esferas de decisão para que a produção do conhecimento possa ser determinada pelo diálogo com a comunidade científica e com os movimentos sociais”.

Plenária de 30/5 reúne as três categorias

Daniel Garcia

Docentes e funcionários foram convidados a participar de uma plenária conjunta na tarde de sexta-feira, 30/5, como momento final da programação da “Jornada de Lutas”, convocada pela Assembléia dos estudantes de 26/5.

Os professores estiveram presentes para informar as deliberações do Encontro dos Docentes, série de plenárias realizada em substituição ao V Congresso, e para ouvir as contribuições elaboradas pelos demais setores, segundo a “Manifestação à Plenária” aprovada pelos delegados docentes (vide quadro).

Ao dirigir-se à plenária conjunta, o professor Francisco Miraglia manifestou a posição dos delegados docentes de que se deveria evitar deliberações ali, sugerindo a realização de um outro fórum mais amplo (composto pelos conselhos e entidades de base das categorias) para que o movimento possa recompor-se e decidir o que fazer.

Unidade

“Vamos ver se todos juntos temos uma visão do que aconteceu nesta semana. A gente não agiu de forma unificada”, disse ele, referindo-se à não realização do congresso. O professor também leu algumas das resoluções do Encontro dos Docentes a respeito do te-

mário pensado para o V Congresso (a íntegra das resoluções será publicada em jornal especial da Adusp).

Na plenária conjunta, ouviram-se diferentes avaliações do processo congressual e de seu desfecho. Diversos oradores tomaram como referência a ocupação de 2007 para sugerir contradição entre aquele movimento e o modo como foi encaminhado o V Congresso.

Várias intervenções, porém, buscaram retomar a importância da unidade de docentes, estudantes e funcionários para empreender a luta contra a reforma do Estatuto promovida internamente no Conselho Universitário (CO) — e para conquistar uma Estatuinte soberana e democrática. “Só nossa luta conjunta vai ser capaz de transformar a USP”, disse o professor Miraglia.

Também ouviu falas ressaltando que a inexistência do V Congresso foi uma vitória da reitoria e uma derrota do movimento. Segundo alguns estudantes, a não existência do V Congresso fortaleceu a reitoria e seria necessário ter unidade entre as categorias uma vez que a luta pela estatuinte não é fácil de ser feita.

Propostas

Todas as propostas encaminhadas na plenária conjunta foram lidas pela me-



Auditório Camargo Guarnieri ficou lotado na plenária conjunta das 3 categorias

sa, e serão enviadas para todas as categorias como indicativos. Pelas manifestações apresentadas na plenária, uma das propostas que deverá receber apoio de todas as entidades afirma: “Desde 2006, a Reitoria realiza uma reforma no estatuto da USP, por dentro de suas estruturas antidemocráticas. Como alternativa a este processo, o movimento das três categorias da USP se propõe a disputar os rumos da universidade reivindicando uma Estatuinte soberana e democrática como espaço legítimo para deliberar sobre o estatuto da USP”.

Manifestação dos delegados docentes à Plenária

“Em atenção ao convite da Assembléia dos Estudantes de 26/5/08 para participação na Plenária de 30/5, apresentamos a seguinte manifestação:

Os delegados docentes indicados para o V Congresso da USP vêm reafirmar sua convicção de que somente a luta conjunta e unitária de estudantes, funcionários e professores transformará a universidade que temos na universidade que queremos.

Nossa participação neste Plenária tem o caráter de trazer as decisões do encontro de docentes, aberto à comunidade universitária, realizado ao longo desta semana, e de ouvir as contribuições elaboradas pelos demais setores, que serão encaminhadas às instâncias deliberativas da Adusp.

Continuamos indicando ao movimento de estudantes e funcionários a luta pela instalação de uma Estatuinte da USP, democrática e soberana, composta por representantes das três categorias, eleitos em suas unidades”.

Gatilho

Adusp cobra agilidade

Em reunião no dia 20/5/2008 na Reitoria, com a presença do vice-reitor, professor Franco Lajolo, a Adusp reiterou que está faltando rapidez e solicitou mais empenho da administração nas tarefas da universidade relativas à ação do gatilho.

Em 3/4 havíamos enviado à reitoria uma listagem, com 414 nomes que constavam da petição inicial, pedindo esclarecimentos sobre sua situação funcional com conseqüente inclusão ou não na lista. Em 19/5, recebemos resposta sobre 208 destes nomes e já du-

rante a reunião de 20/5 a Adusp contestou algumas das informações recebidas que serão agora reavaliadas pela Reitoria.

A Reitoria forneceu cópias de documentos funcionais de 26 docentes (de 46 solicitados) que também serão analisados pela Adusp.

Em resumo, a Reitoria precisa informar a situação de

206 nomes da listagem dos “414” e também de 20 nomes da lista dos “46”. Por fim, mas não menos importante, aguardamos a manifestação sobre o material enviado pelos pesquisadores dos museus (recebido pela Reitoria em 13/5/2008).

Através de e-mail enviado à Adusp em 3/6/2008, a Reitoria informou a alocação

adicional de funcionários e indicou que “... Com esses recursos estima-se um prazo final de 60 (sessenta) dias para ser fechada a lista final incontroversa, sendo que os resultados parciais serão noticiados, no interregno, para a entidade.”

O prazo nos parece exagerado e reivindicamos mais agilidade.